

INSTRUÇÕES

LEIA COM ATENÇÃO

1. Este Caderno de Questões, com páginas numeradas de 1 a 19, é constituído de **80 (oitenta)** questões objetivas, cada uma com cinco alternativas, assim distribuídas:

01 a 10 – Língua Portuguesa

11 a 15 – Conhecimentos Gerais

16 a 25 – Direito Administrativo

26 a 35 – Direito Constitucional

36 a 55 – Direito Penal

56 a 75 – Direito Processual Penal

76 a 80 – Organização e Estatuto da Polícia Judiciária Civil / MT

2. Caso este Caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito de impressão, solicite ao fiscal que o substitua.

3. Sobre a Marcação da Folha de Respostas

As respostas deverão ser, obrigatoriamente, transcritas com caneta esferográfica de tinta preta não porosa para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para correção. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

- 3.1. Para cada questão existe apenas uma alternativa que a responde acertadamente. Para a marcação da alternativa escolhida na **FOLHA DE RESPOSTAS**, pinte **completamente** o círculo correspondente.

Exemplo: Suponha que para determinada questão a alternativa C seja a escolhida.

N.º da Questão
<input type="radio"/> A
<input type="radio"/> B
<input checked="" type="radio"/> C
<input type="radio"/> D
<input type="radio"/> E

- 3.2. Será invalidada a questão em que houver mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada, ou não houver marcação.
- 3.3. Não rasure nem amasse a **FOLHA DE RESPOSTAS**.
4. A duração da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da **FOLHA DE RESPOSTAS** e à coleta de impressão digital.
5. Todos os espaços em branco, neste caderno, podem ser utilizados para rascunho.
6. Será permitida a saída de candidatos da sala de prova **somente** após decorridas **duas horas e trinta minutos** do início da prova. Nesse caso, o candidato deverá entregar, **obrigatoriamente**, ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
7. O candidato que insistir em sair da sala de prova antes de transcorridas **duas horas e trinta minutos** do início da prova deverá assinar **Termo de Ocorrência** declarando **desistência** do Concurso.
8. Será permitida a saída de candidatos levando este Caderno de Questões **somente após três horas e trinta minutos** do início da prova.
9. Terminada a prova, o candidato deverá, **obrigatoriamente**, entregar ao fiscal a **FOLHA DE RESPOSTAS**.

INSTRUÇÃO: Leia atentamente o Texto I para responder às questões de 01 a 04 e à questão 08.

Texto I Medo da cidade

- 1 Hoje não existem grandes utopias. Alternativas para o que é percebido como problema das cidades são imaginadas, como a adoção de soluções particulares e a criação de espaços que negam o que é a essência do urbano moderno: abertura, liberdade, heterogeneidade, imprevisibilidade, anonimato. Privatização virou uma palavra mágica, remédio para todos os males, caminho para a modernidade numa era em que já não se acredita em progresso ou no
- 5 desenvolvimento induzido pelo Estado.
O receituário neoliberal manda privatizar, livrar-se do Estado, adotar soluções particulares e fragmentadas. Esse receituário, aplicado à segurança e ao espaço urbano, agrava tendências para as quais pretende ser solução, como a violência. Privatização, enclausuramento e isolamento, além de não poderem resolver o problema da segurança, fazem o medo circular e alimentam o ciclo de violência. De fato, eles reproduzem o medo da cidade sem poder criar
- 10 um espaço sem medo. A noção do público como resíduo, como o que sobra do lado de fora dos muros, como aquilo que é para os que não têm meios de se defender por si próprios, além de não-democrática, não pode conduzir a uma solução para o problema da violência.
Segurança é uma questão pública e coletiva, não privada. Porque a violência tem a ver com o estranho, o imprevisível, o desconhecido, pensa-se que possa ser controlada através de fortificações e cercamentos. Mas
- 15 segurança tem a ver com a ordem pública, não com a ordem privada intramuros. A multiplicação de seguranças privadas e de todos os esforços de enclausuramento e blindagem minam a autoridade pública, a única capaz de manter a ordem e a segurança coletivas. Além disso, tornam mais explícita a desigualdade social.

(CALDEIRA, T. Disponível em: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/330.1.shl>. Acesso em 02/09/2005.)

Questão 01

Assinale uma das teses defendidas pela autora.

- A) Políticas privatizadoras devem propor construções fortificadas como medida de segurança.
- B) A segurança deve ser mantida pelo Estado, garantindo uma convivência mais democrática entre os cidadãos.
- C) O convívio com o medo deve-se à separação entre as esferas do público e do particular.
- D) O neoliberalismo propõe soluções que visam à segurança daqueles que não têm como se defender.
- E) O poder público busca soluções que se assemelham àquelas propostas pela segurança privada.

Questão 02

No texto, a cidade é mostrada como

- A) modelo de organização espacial contemporâneo deteriorado pela ocupação desordenada, o que a torna inviável.
- B) exemplo da adoção do receituário neoliberal, responsável pelo surgimento da violência que assola o meio urbano.
- C) fruto da globalização, o que garante uma sociedade de iguais, preocupados com o bem comum.
- D) organização político-geográfica que, apesar dos problemas, possibilita experiências pessoais e interpessoais.
- E) lugar que privilegia a homogeneidade, tolhendo manifestações de subjetividade.

Questão 03

As palavras do primeiro parágrafo: *utopias*, *heterogeneidade* e *males* poderiam ser substituídas, sem prejuízo de sentido, respectivamente, por

- A) projetos, diversidade e mazelas.
- B) deslumbramentos, distinção e viroses.
- C) ilusões, hegemonia e achaques.
- D) enganos, igualdade e problemas.
- E) planejamentos, variedade e doenças.

Questão 04

Assinale o fragmento em que a vírgula **NÃO** tem como função separar elementos de mesmo valor sintático.

- A) Privatização virou uma palavra mágica, remédio para todos os males, caminho para a modernidade.
- B) O receituário neoliberal manda privatizar, livrar-se do Estado, adotar soluções particulares e fragmentadas.
- C) Além disso, tornam mais explícita a desigualdade social.
- D) Porque a violência tem a ver com o estranho, o imprevisível, o desconhecido.
- E) A noção do público como resíduo, como o que sobra do lado de fora dos muros, como aquilo que é para os que não têm meios de se defender por si próprios.

INSTRUÇÃO: Leia os trechos numerados de 1 a 5 do Texto II para responder às questões de 05 a 08.

Texto II

1. Os faróis quebrados e os grafites assinalam que ninguém se importa. E, se ninguém se importa, tudo é permitido.
2. Experiência básica em psicologia social: se abandono um carro num bairro de classe média, ele será depenado só depois de oito semanas.
3. Outra: num metrô coberto de grafite a criminalidade é muito mais alta do que no mesmo metrô se ele for lavado e limpo a cada noite. Por quê?
4. A teoria das janelas quebradas, nos anos 90, revolucionou nossas idéias em matéria de manutenção da ordem social (George Kelling e Catherine Coles, "Fixing Broken Windows", Arrumando janelas quebradas).
5. Se, antes de abandoná-lo, aplico algumas boas marteladas nos faróis e na lataria, ele será depenado em três dias.

(CALLIGARIS, C. Folha de São Paulo. Ilustrada. 08/09/2005.)

Questão 05

Marque a ordem que devem assumir os trechos para que esse texto seja coerente e coeso.

- A) 2, 4, 3, 5, 1
- B) 5, 1, 4, 3, 2
- C) 4, 3, 1, 2, 5
- D) 2, 1, 4, 5, 3
- E) 4, 2, 5, 3, 1

Questão 06

Na sentença *Outra: num metrô coberto de grafite a criminalidade é muito mais alta do que no mesmo metrô se ele for lavado e limpo a cada noite.*, a oração grifada expressa sentido de

- A) condição.
- B) concessão.
- C) comparação.
- D) consequência.
- E) conclusão.

Questão 07

Assinale a paráfrase **INADEQUADA** do ponto de vista morfossintático.

- A) Num metrô coberto de grafite, a criminalidade é muito mais alta do que no mesmo metrô caso ele fosse lavado e limpo a cada noite.
- B) Num metrô coberto de grafite, a criminalidade será muito mais alta do que no mesmo metrô lavado e limpo a cada noite.
- C) Num metrô coberto de grafite, a criminalidade seria muito mais alta do que no mesmo metrô que chegasse a ser lavado e limpo a cada noite.
- D) Num metrô coberto de grafite, a criminalidade será muito mais alta do que no mesmo metrô na hipótese de ele ser lavado e limpo a cada noite.
- E) Num metrô coberto de grafite, a criminalidade seria muito mais alta do que no mesmo metrô ainda que ele tenha sido lavado e limpo a cada noite.

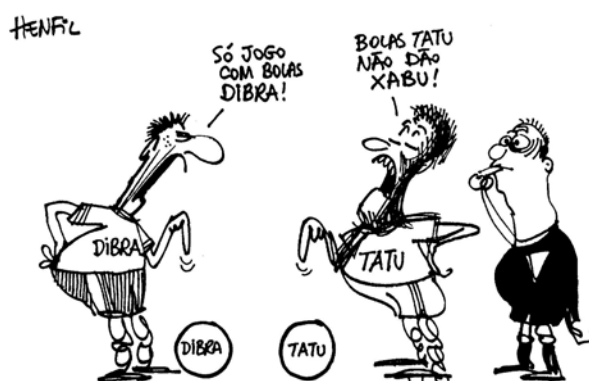
Questão 08

Que idéia é comum aos Textos I e II?

- A) A segurança pública é responsabilidade de todos os cidadãos.
- B) O espaço doméstico não é mais importante que o espaço público.
- C) A crise da sociedade chegou a um estágio de volta à barbárie medieval.
- D) A diminuição da violência está relacionada ao zelo com os espaços coletivos.
- E) O anonimato dos responsáveis é uma das causas da degradação urbana.

INSTRUÇÃO: Leia atentamente o Texto III para responder às questões 09 e 10.

Texto III



(HENFIL. *Urubu e o Flamengo*. São Paulo: Editora 34, p.80.)

Questão 09

A respeito da linguagem das personagens, assinale a afirmativa correta.

- A) As personagens usam expressões próprias do futebol, marcadas por vocabulário técnico.
- B) As personagens empregam linguagem coloquial, com gírias e fórmulas consagradas pela propaganda.
- C) As falas dos dois jogadores são exemplos do uso erudito da linguagem, com jargão próprio ao judiciário.
- D) O descumprimento das normas gramaticais revela o desleixo da variedade lingüística usada pelos jogadores.
- E) A fala dos esportistas traz marcas do falar regional, particular ao estado de Mato Grosso.

Questão 10

Sobre o uso das palavras Dibra e Tatu no diálogo, assinale a afirmativa correta.

- A) São adjetivos que indicam marca do produto.
- B) Pertencem a uma classe gramatical diferente da de xabu.
- C) São substantivos que funcionam como qualificativos.
- D) Funcionam como advérbios de modo.
- E) Deveriam concordar em número com a palavra bolas.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 11

Leia o texto da historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto que contempla a colonização da região Centro-Oeste, no contexto da década de 70 do século XX.

“Esses projetos de colonização passaram a ser um instrumento de poder do Estado para direcionar o deslocamento, sobretudo de pequenos proprietários, do Sul para o Norte. Para a ditadura militar, era prioritário controlar os movimentos sociais no campo. A “questão da terra” era um problema de segurança nacional. Por isso, as empresas de colonização se beneficiaram dos incentivos financeiros do Estado, através da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco) e outros programas ou projetos governamentais...”

(Revista Nossa História, Ano 2, nº 19, pp 34-38)

Sobre a colonização do estado de Mato Grosso àquela época, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Houve desvio, em algumas áreas, dos projetos iniciais de assentamento de colonos, sendo a pecuária e a agricultura abandonadas como atividades principais, em benefício do extrativismo mineral.
- B) As relações com os povos indígenas foram tensas e conflituosas, marcadas por invasões de seus antigos territórios e por deslocamentos desses grupos para outras áreas.
- C) Parte dos pequenos agricultores e dos trabalhadores que desbravaram a região não conseguiu se efetivar como produtores rurais.
- D) Os projetos de ocupação foram organizados apenas por empresas colonizadoras e por grupos privados.
- E) A expansão da fronteira agrícola não se fez com base em modernas técnicas de manejo, nem com preocupações de preservação ambiental.

Questão 12

Um dos componentes da base econômica de Mato Grosso é o turismo. A coluna da esquerda apresenta quatro pólos turísticos do Estado e a da direita algumas de suas características. Numere a coluna da direita de acordo com a da esquerda.

- | | | |
|-----------------------------|-----|--|
| 1 – Chapada dos Guimarães | () | Atrai visitantes interessados em conhecer a biodiversidade da Floresta Amazônica. Na região do rio Teles Pires é possível observar pássaros exóticos e macacos de espécies raras. |
| 2 – Pantanal Mato-grossense | () | Local onde se localizam as praias do rio Araguaia que atraem turistas para o Festival de Praia de Inverno. Oferece também turismo de aventura nas serras do Roncador e Azul. |
| 3 – Leste Mato-grossense | () | Atrai turistas que praticam o ecoturismo e o turismo de pesca. Caracteriza-se pela exuberante biodiversidade que se distribui em um mosaico de áreas secas, alagadas e parcialmente inundadas. |
| 4 – Norte Mato-grossense | () | Seu potencial deve-se à beleza das cachoeiras como a Véu da Noiva e a das Andorinhas. Possui ainda sítios arqueológicos e cavernas como a Casa de Pedra, a Lagoa Azul e a Gruta do Francês. |

Assinale a seqüência correta.

- A) 3, 1, 4, 2
- B) 1, 2, 3, 4
- C) 4, 3, 2, 1
- D) 4, 3, 1, 2
- E) 3, 1, 2, 4

Questão 13

A partir das últimas décadas do século XIX, a pecuária passou a ocupar papel de destaque na economia mato-grossense. Sobre o assunto, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- A intensificação da navegação pelo rio Paraguai, a partir de 1870, proporcionou a vinda de várias empresas, inclusive estrangeiras, para a então Província de Mato Grosso visando à exploração da pecuária.
- A Primeira Guerra Mundial acelerou a expansão das indústrias de charque que exportavam parte significativa da produção para a Europa a fim de abastecer as tropas.
- Dentre as indústrias de transformação dos subprodutos bovinos – charque, caldo de carne, secamento do couro, destacou-se Descalvados, construída durante o período imperial, próximo à cidade de Cáceres, às margens do rio Paraguai.
- Atualmente, a pecuária constitui o mais importante ramo da economia do estado, sendo a carne bovina o principal produto de exportação para o mercado externo.

Marque a seqüência correta.

- A) F, F, V, V
- B) F, V, F, F
- C) V, F, V, V
- D) F, V, F, V
- E) V, V, V, F

Questão 14

As proposições a seguir apresentam termos relacionados ao meio ambiente usados nos estados brasileiros, inclusive em Mato Grosso. Sobre esses termos e seus significados, assinale V para as proposições em que a relação termo-significado é verdadeira e F para as proposições em que a relação é falsa.

- Arco do Desflorestamento – faixa contínua de desmatamento que inclui o norte de Mato Grosso.
- Política Estadual de Recursos Hídricos – norma legal que institui as formas de uso das águas provenientes das precipitações pluviométricas.
- Defeso ou piracema – período em que a pesca é proibida para assegurar a reprodução dos peixes.
- Sistema Estadual de Unidades de Conservação – legislação que normatiza o uso das áreas naturais destinadas à conservação das pastagens nativas.

Assinale a seqüência correta.

- A) V, F, V, F
- B) F, F, V, V
- C) V, V, F, F
- D) F, V, F, V
- E) F, V, V, F

Questão 15

Sobre características geográficas e questões ambientais de Mato Grosso, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O cerrado é um tipo de vegetação que recobre grande parte do território mato-grossense, formado por arbustos, gramíneas e árvores de galhos retorcidos e casca grossa, cada vez mais ameaçado pela implantação de projetos agropecuários.
- B) Os rios mato-grossenses que integram a Bacia Paraguai–Paraná drenam a porção norte do Estado; caracterizam-se pelo escoamento lento, propício à construção de hidrelétricas que podem causar danos ao meio ambiente.
- C) Em Mato Grosso predominam dois tipos climáticos: Clima Equatorial Úmido na porção norte e Clima Tropical Alternadamente Seco e Úmido, na porção centro-sul e leste; no período seco, a qualidade do ar é prejudicada devido ao elevado número de queimadas.
- D) A fauna mato-grossense possui grande variedade de espécies distribuídas pelas diferentes paisagens vegetais; algumas, como a arara-azul, estão ameaçadas pelo tráfico ilegal de animais silvestres.
- E) Os solos do Estado de Mato Grosso apresentam diferentes graus de fertilidade e, pela retirada da vegetação nativa, ficam desprotegidos resultando na lixiviação dos nutrientes e conseqüente empobrecimento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 16

Quando a Administração revoga os atos inconvenientes ou inoportunos e anula os atos inválidos que haja praticado, ampara-se no princípio da

- A) supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- B) obrigação dos atos unilaterais.
- C) imperatividade.
- D) auto-executoriedade dos atos administrativos.
- E) inoportunidade dos atos administrativos.

Questão 17

Em razão do princípio da legalidade, a Administração

- A) aplica a lei de acordo com o seu poder de discricionariedade.
- B) pode adotar postura divergente da lei, em estrita obediência aos interesses da Administração.
- C) possui a faculdade de adotar a lei, se essa não contraria os interesses públicos.
- D) torna-se absolutamente submissa às leis.
- E) adquire relativa submissão às leis.

Questão 18

Considerando que determinada pessoa é servidora de uma sociedade de economia mista, instituída pelo Poder Público, seu regime de trabalho, necessariamente, será:

- A) Estatutário.
- B) Celetista.
- C) Aquele pelo qual optar o servidor.
- D) O mesmo dos servidores das autarquias.
- E) Aquele que a Administração entender melhor indicado.

Questão 19

A ação de responsabilidade civil contra o servidor que tenha causado danos ao erário público mediante comportamento ilícito

- A) prescreve em cinco anos, da data do conhecimento do fato.
- B) prescreve em dois anos, da data do conhecimento do fato.
- C) é imprescritível.
- D) perde a eficácia se o servidor é exonerado.
- E) perde a eficácia se o servidor é demitido.

Questão 20

Certo servidor público foi absolvido em processo criminal, com trânsito em julgado, que apurava sua responsabilidade em crime contra a administração pública. A sentença absolutória teve como fundamento a insuficiência de provas sobre a existência do fato. Nessas condições, assinale a afirmativa correta.

- A) Ficará afastada a responsabilidade administrativa.
- B) A sentença do juízo criminal atenuará a penalidade administrativa.
- C) A responsabilidade administrativa ainda dependerá de pronunciamento do juízo cível.
- D) A sentença do juízo criminal produzirá efeitos apenas quanto à obrigação do servidor em ressarcir aos cofres públicos o prejuízo causado.
- E) A decisão judicial não impedirá a responsabilidade administrativa.

Questão 21

O desvio de finalidade do ato administrativo verifica-se quando a autoridade, embora atuando nos limites de sua competência, pratica o ato desatendendo o

- A) interesse público.
- B) interesse estatal.
- C) interesse do administrador.
- D) motivo legal.
- E) poder-dever de agir.

Questão 22

Atos discricionários são os que a Administração pode praticar com liberdade de escolha de seu conteúdo, de seu destinatário, de sua conveniência, de sua oportunidade e do modo de sua realização. Sobre a competência discricionária, a faculdade discricionária e o poder discricionário da Administração, assinale a afirmativa correta.

- A) Criam liberdade para a Administração atuar sem se ater aos regramentos legais.
- B) Concedem ao administrador uma faculdade arbitrária para realizar os atos administrativos.
- C) Não dispensam a lei, nem se exercem sem ela, devendo-lhe sempre a observância e a sujeição.
- D) Definem-se pela discricção e arbítrio.
- E) Deixam o administrador absolutamente livre para editar o ato administrativo, salvo nos casos de licitações e desapropriações.

Questão 23

Sobre rescisão unilateral do contrato administrativo, pela Administração, assinale a afirmativa correta.

- A) Não carece de motivação ou de qualquer defesa do contratado, por força do interesse público.
- B) Pode ocorrer somente nos casos previstos em lei, devendo ser motivada e precedida de ampla defesa.
- C) Foi abolida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.
- D) É permitida apenas quando o objeto do contrato possuir finalidade educacional.
- E) Ocorre apenas nos contratos cujos valores ultrapassem oitenta salários mínimos.

Questão 24

Em relação à conveniência e oportunidade do ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- A) O judiciário poderá anular o ato quando entender tenha sido praticado em momento impróprio.
- B) Serão controladas pelo judiciário, se a inoportunidade e inconveniência forem de natureza grave.
- C) Ambas sofrerão controle judicial, com prévia anuência do Legislativo.
- D) Na oportunidade, o controle pelo judiciário é permitido sem ressalvas; na conveniência, depende de aprovação do Legislativo.
- E) Não são passíveis de controle pelo judiciário.

Questão 25

Nas concessões e permissões de serviços públicos, transfere-se para o concessionário

- A) o exercício da atividade pública e a titularidade do serviço.
- B) a titularidade do serviço por tempo determinado.
- C) a titularidade, após cinco anos de efetivo exercício da concessão e permissão.
- D) apenas o exercício da atividade pública.
- E) a titularidade, após dez anos de efetivo exercício da concessão e permissão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 26

A Constituição brasileira vigente consagra a inviolabilidade do domicílio, direito fundamental enraizado mundialmente. Sobre a matéria, assinale a afirmativa correta.

- A) O escritório do advogado está fora do alcance da regra da inviolabilidade de domicílio.
- B) Por determinação da autoridade policial, durante o dia, e sem o consentimento do morador, permite-se a invasão de domicílio para prender autor de crime que na residência se oculta.
- C) A norma da inviolabilidade domiciliar não alcança o poder da administração tributária em adentrar no domicílio, sem permissão do morador, para efeitos de fiscalização fazendária.
- D) A violação de domicílio, à noite, sem o consentimento do morador, é permitida na hipótese de desastre.
- E) Durante a noite, a proteção constitucional deixará de existir em detrimento de ordem judicial.

Questão 27

As Constituições podem ser classificadas quanto

- A) à forma, em dogmáticas e históricas.
- B) ao conteúdo, em materiais e formais.
- C) ao modelo de elaboração, em escritas e não escritas.
- D) à origem, em outorgadas ou votadas.
- E) à estabilidade, em analíticas e sintéticas.

Questão 28

A Constituição Federal de 1988 **NÃO** permite

- A) a prescrição, em crimes de racismo.
- B) a pena de morte.
- C) o respeito à integridade moral do preso.
- D) a perda de bens, como modalidade de pena.
- E) a extradição, no caso de envolvimento de brasileiro em tráfico ilícito de entorpecentes.

Questão 29

Para a Constituição Federal, são considerados brasileiros natos os

- A) nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros que estejam a serviço de seu país.
- B) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil antes de completarem dois anos de idade.
- C) estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- D) que, na forma da lei, adquiriram a nacionalidade brasileira.
- E) nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

Questão 30

Em nível Constitucional, constitui-se direito social dos trabalhadores urbanos e rurais o(a)

- A) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- B) proteção do salário na forma da lei, permitida a sua retenção voluntária.
- C) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- D) assistência gratuita aos filhos legítimos e dependentes desde o nascimento até os seis anos de idade em creches e pré-escolas.
- E) distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais técnicos respectivos.

Questão 31

Em matéria de manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, diz-se que a Assembléia Nacional Constituinte detém o poder constituinte

- A) originário.
- B) derivado.
- C) soberano.
- D) decorrente.
- E) condicional.

Questão 32

Sobre o processo legislativo, no tocante às medidas provisórias, assinale a afirmativa correta.

- A) Medida provisória poderá versar sobre matéria reservada à lei complementar.
- B) É vedada a reedição de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- C) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- D) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria referente a direitos políticos.
- E) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias independe de juízo prévio sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais.

Questão 33

Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição Federal tendente a abolir

- A) a forma federativa de Estado.
- B) o voto secreto e direto.
- C) a elaboração de leis complementares.
- D) a presunção de inocência.
- E) o direito de propriedade.

Questão 34

A Emenda Constitucional n.º 45, de 8 de dezembro de 2004, inovou o ordenamento constitucional ao estabelecer

- A) a vitaliciedade ao Promotor de Justiça após três anos de exercício no cargo.
- B) a exigência de três anos de atividade jurídica, para ingresso na carreira da Magistratura, como juiz substituto.
- C) a estabilidade aos servidores públicos, após cumprirem três anos de estágio probatório.
- D) a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases de um concurso público para o cargo de Delegado de Polícia.
- E) a vitaliciedade ao Delegado de Polícia após três anos de estágio probatório.

Questão 35

Em matéria de súmula vinculante, estabelecida pela Emenda Constitucional n.º 45, de 8 de dezembro de 2004, assinale a afirmativa correta.

- A) A revisão ou o cancelamento de súmula somente poderá ser provocada(o) por Ministro do Supremo, ou por decisão da maioria simples de qualquer outro tribunal.
- B) Exige-se quorum de maioria absoluta, no Supremo Tribunal Federal, para aprovação de súmula vinculante.
- C) A súmula terá por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas e incontroversas.
- D) A súmula terá efeitos vinculantes somente em relação ao Poder Judiciário e à administração pública direta nas esferas federal e estadual.
- E) Da decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

DIREITO PENAL

Questão 36

No estado de necessidade,

- A) o sujeito ativo repele injusta agressão atual.
- B) a agressão sofrida é atual e iminente.
- C) o fato praticado pelo agente é típico.
- D) o agente afasta um perigo iminente.
- E) há um crime, embora ausente a infração penal.

Questão 37

Em legítima defesa subjetiva, o agente

- A) supõe a existência da agressão ou sua injustiça.
- B) atua em repulsa contra o excesso praticado pela vítima.
- C) excede por erro de tipo accidental.
- D) excede por erro de tipo escusável, supondo esteja afastando injusta agressão.
- E) responde pelo fato, em razão do excesso, dolosamente.

Questão 38

Sobre erro de proibição, assinale a afirmativa correta.

- A) Recai sobre os elementos ou circunstâncias do tipo.
- B) É pressuposto objetivo do erro essencial.
- C) Pressupõe ausência de conduta no fato típico.
- D) Integra a espécie de coação *vis absoluta*.
- E) Incide sobre a ilicitude do fato.

Questão 39

A ordem de superior hierárquico pode ser legal ou ilegal. Se legal, não comete crime o subordinado nem o superior. Se ilegal, pode ser manifestamente ilegal ou não manifestamente ilegal. Se não manifestamente ilegal, a conduta do subordinado

- A) não constitui fato típico e antijurídico, daí não ser crime.
- B) constitui fato típico e antijurídico, embora seja causa de exclusão da culpabilidade.
- C) é espécie de causa extralegal de exclusão da ilicitude.
- D) é considerada atípica.
- E) é punível, por ser típica e antijurídica.

Questão 40

Um agente, pretendendo ofender a um desafeto, termina por matá-lo e, por erro na execução, também produz a morte de terceira pessoa. Nessas condições, o erro será denominado:

- A) *Aberratio ictus*.
- B) *Error in persona*.
- C) *Aberratio criminis*.
- D) *Error in objecto*.
- E) *Aberratio in persona*.

Questão 41

O concurso de crimes pode ser material, formal ou continuidade delitiva. Para o concurso material, em relação à graduação da pena, o Código Penal adotou o sistema

- A) da absorção.
- B) da acumulação jurídica.
- C) da responsabilidade única.
- D) do cúmulo material.
- E) da exasperação da pena.

Questão 42

O termo inicial da prescrição da pretensão punitiva, nos crimes omissivos impróprios, começa a correr a partir da data

- A) da prática do comportamento típico.
- B) da produção do resultado.
- C) em que cessou a atividade criminosa.
- D) em que o agente deixa de realizar a conduta penalmente exigida.
- E) em que o agente não agiu, quando deveria fazê-lo.

Questão 43

Além de outras circunstâncias, no homicídio privilegiado exige-se que o agente tenha cometido o fato

- A) impelido por qualquer motivo social.
- B) impelido por qualquer motivo moral.
- C) sob domínio de violenta emoção.
- D) sob influência de violenta emoção.
- E) amparado por causa excludente da culpabilidade.

Questão 44

Em razão de uma lesão corporal dolosa, houve aceleração de parto. A natureza da lesão descrita será

- A) grave em sentido amplo.
- B) gravíssima.
- C) gravíssima em sentido estrito.
- D) leve em sentido amplo.
- E) gravíssima em sentido amplo.

Questão 45

No crime de furto, qualificado pela fraude, o agente

- A) induz, através da fraude, a vítima ao erro, fazendo-a dispor de seus bens, voluntariamente, com a consciência de que estes saem da esfera de seu patrimônio e ingressam na disponibilidade do sujeito ativo.
- B) é capaz, atuando com destreza, de fazer com que a vítima não perceba a subtração.
- C) subtrai a coisa, abusando da confiança nele depositada pela vítima.
- D) subtrai a coisa, quando esta já estava na esfera de sua disponibilidade, aproveitando-se da confiança nele depositada pela vítima.
- E) burla a vigilância do ofendido, que desconhece estar a coisa saindo da esfera de seu patrimônio e ingressando na disponibilidade do sujeito ativo.

Questão 46

Se logo depois de subtraída a coisa, o agente emprega violência contra a pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para ele ou para terceiro, responde por

- A) roubo impróprio.
- B) roubo circunstanciado.
- C) furto simples em concurso com roubo próprio.
- D) furto qualificado.
- E) tentativa de furto simples em concurso com roubo impróprio.

Questão 47

Nos crimes contra os costumes, se cometidos com abuso do pátrio poder ou da qualidade de padrasto, tutor ou curador, a ação penal será

- A) pública condicionada à representação do ofendido.
- B) pública incondicionada.
- C) pública condicionada à representação, se menor o ofendido.
- D) exclusivamente privada.
- E) privada, mas dependendo de manifestação do Ministério Público, como condição de procedibilidade.

Questão 48

Suponha que seis pessoas, em comunhão de vontades, reuniram-se para a prática de um roubo em janeiro de 2003, desfazendo tal associação, depois de consumado o fato delitivo. Em setembro de 2005, as mesmas pessoas voltaram a se reunir para o cometimento de um homicídio que, consumado, determinou nova dissolução da aludida associação. Esta união de pessoas, para a prática dos crimes mencionados, define-se como

- A) crime de quadrilha ou bando.
- B) quadrilha organizada para fins criminosos não específicos.
- C) crime de quadrilha ou bando em concurso material.
- D) circunstância qualificadora para o delito de roubo e homicídio.
- E) concurso de pessoas ou de agentes.

Questão 49

Constitui abuso de autoridade:

- A) Atentar contra a liberdade de associação, seja qual for sua natureza.
- B) Deixar o juiz de ordenar o relaxamento de prisão legal que lhe seja comunicada.
- C) Atentar contra o direito de reunião.
- D) Atentar contra o livre exercício de culto religioso de qualquer natureza.
- E) Levar à prisão e nela deter quem se oponha a prestar fiança, quando facultada por lei.

Questão 50

É possível reter documento de identificação para a realização de ato determinado, no prazo máximo de cinco dias, devendo, ao final, ser devolvido. Para ser retido qualquer documento de identificação pessoal, é exigível

- A) ordem de autoridade policial.
- B) ordem de qualquer funcionário público.
- C) sentença judicial no devido processo legal.
- D) ordem judicial.
- E) determinação de órgão do Ministério Público.

Questão 51

Às pessoas residentes em áreas rurais, e que comprovem a necessidade do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar, será autorizado, na forma prevista no regulamento da Lei n.º 10.826, de 22 dezembro de 2003, o porte de arma de fogo na categoria

- A) Pessoas físicas especiais.
- B) Caçador.
- C) Amador.
- D) Posse para subsistência.
- E) Posse em zona rural.

Questão 52

Constitui crime de tortura:

- A) Matar alguém com emprego de veneno.
- B) Matar alguém com emprego de tortura ou outro meio cruel.
- C) Constranger alguém, empregando violência para obter qualquer finalidade.
- D) Empregar em alguém intenso sofrimento físico e moral, mediante violência ou grave ameaça, para obter qualquer finalidade indevida.
- E) Constranger alguém, empregando violência ou grave ameaça que lhe cause sofrimento físico ou mental, para provocar ação ou omissão de natureza criminosa.

Questão 53

A autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente deve comunicar imediatamente

- A) a autoridade judiciária competente e a família do apreendido ou a pessoa por ele indicada.
- B) a autoridade judiciária competente e, no prazo de cinco dias, a família do apreendido.
- C) a família do apreendido e, no prazo de cinco dias, a autoridade judiciária competente.
- D) a autoridade judiciária competente e, apenas no caso de menor de doze anos, a família do apreendido.
- E) a família do apreendido, para indicação de seu defensor.

Questão 54

As plantas das quais possa ser extraída substância entorpecente que determine dependência física ou psíquica podem ser cultivadas

- A) para fins terapêuticos ou científicos, sem prévia autorização das autoridades competentes, desde que o responsável seja médico ou farmacêutico.
- B) para fins científicos, sem qualquer autorização.
- C) para fins terapêuticos ou científicos, mediante prévia autorização das autoridades competentes.
- D) sem prévia autorização das autoridades competentes, desde que em área de controle federal e para fins científicos.
- E) sem prévia autorização das autoridades competentes, desde que para fins terapêuticos.

Questão 55

Um filho com dezenove anos de idade comete crime de furto simples contra patrimônio de seu pai, com idade de sessenta e um anos. Nessas condições, assinale a afirmativa correta.

- A) O fato é típico e antijurídico, mas o agente é isento de pena.
- B) A ação penal necessita de representação do ofendido.
- C) O agente não está isento de pena em razão da violência empregada.
- D) Deixa de ser aplicada a escusa absolutória, em razão da idade da vítima.
- E) Deixa de ser aplicada a pena, por força do parentesco.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 56

O inquérito policial é considerado um procedimento

- A) informal, efetuado por órgãos oficiais.
- B) sigiloso, vigorando a indisponibilidade e a oportunidade ou conveniência.
- C) inquisitivo, com as características da autoritariedade e intranscendência.
- D) escrito, com a característica da indivisibilidade.
- E) inquisitivo, possuindo ainda a característica da indisponibilidade e oficialidade.

Questão 57

Sobre indiciamento em inquérito policial, é correto afirmar:

- A) A lei não exige da autoridade policial a justificativa, nos autos do inquérito, das razões que a levaram a proceder ao indiciamento do suspeito.
- B) Pode ser realizado unicamente quando existir prova plena e objetiva da participação ou autoria no delito.
- C) Constitui ato discricionário da autoridade policial, a ser efetuado na abertura do inquérito policial ou no seu curso.
- D) A pessoa indiciada passa a figurar como suspeito da prática da infração penal a contar do instante em que no inquérito policial instaurado se lhe verificou a probabilidade de ser o autor do delito.
- E) É incabível, em inquérito instaurado por Delegado de Polícia, *habeas corpus* para excluir o indiciamento.

Questão 58

Mesmo estando civilmente identificado, o indiciado será submetido à identificação criminal, nos termos da Lei n.º 10.054, de 7 de dezembro de 2000, na hipótese da prática do crime de

- A) peculato.
- B) homicídio culposo.
- C) falsificação de documento público.
- D) lesão corporal seguida de morte.
- E) quadrilha ou bando.

Questão 59

Em matéria de diligências no inquérito policial, assinale a afirmativa correta.

- A) A vítima poderá requerer a realização de alguma diligência que considerar útil à busca da verdade real, podendo o pleito ser indeferido pela autoridade policial, desde que motivada a decisão.
- B) A autoridade policial poderá ordenar o reconhecimento de objetos relacionados com o fato delituoso.
- C) O prazo legal para conclusão de diligências complementares exigidas pelo Ministério Público é de dez dias.
- D) A reprodução simulada do crime é feita utilizando-se, necessariamente, o réu e a vítima.
- E) A busca domiciliar pode ser autorizada pela autoridade policial.

Questão 60

Uma das medidas indicadas pelo Código de Processo Penal a serem tomadas pela autoridade policial, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, consiste em

- A) apreender imediatamente todos os objetos relacionados com o local do fato, para posterior remessa à perícia.
- B) ouvir o ofendido, com observância, no que for aplicável, às regras sobre o interrogatório em juízo.
- C) determinar a imediata realização do exame de corpo de delito, nos delitos transeuntes.
- D) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- E) colher somente as principais provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.

Questão 61

Sobre o inquérito policial e sua conclusão, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Estando o indiciado preso, nos termos do Código de Processo Penal, o prazo para a conclusão do inquérito é de dez dias.
- B) No caso de ação penal privada, uma vez concluído o inquérito, os autos serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão o impulso de quem de direito, ou serão entregues pela autoridade policial ao requerente, mediante traslado.
- C) Eventual devolução do inquérito para diligências complementares implica relaxamento da prisão em flagrante caso a denúncia haja sido oferecida no prazo legal.
- D) Estando o indiciado solto, o prazo para conclusão de inquérito que apura contravenção penal é de trinta dias.
- E) A falta de relatório, na conclusão do inquérito, constitui mera irregularidade, não tendo o Promotor ou o Juiz de Direito o poder de obrigar a autoridade policial a concretizá-lo.

Questão 62

Concernente a crimes considerados como de ação penal pública condicionada, assinale a afirmativa correta.

- A) Sendo o crime praticado em detrimento de patrimônio ou interesse do Município, a ação penal passará a ser pública incondicionada.
- B) No caso de morte do ofendido, o descendente figura como primeiro titular na ordem de preferência para oferecer a representação.
- C) Vigora o princípio da oportunidade, até o momento do recebimento da denúncia.
- D) O Ministério Público poderá requisitar a instauração do inquérito policial independentemente da representação; esta será exigida apenas para fins de propositura da ação penal.
- E) Na hipótese de depender de requisição do Ministro da Justiça, deverá o Ministério Público requerê-la no prazo de até sessenta dias após tomar conhecimento do fato delituoso.

Questão 63

Sobre rejeição da denúncia, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Não será objeto de rejeição a denúncia oferecida sem a presença de inquérito policial, na ação pública condicionada, que contenha elementos suficientes para a propositura da ação.
- B) Uma vez recebida a denúncia, e, posteriormente, constatando o Juiz a ausência de requisito legal de validade, pode rejeitá-la, mediante decisão fundamentada.
- C) Nos crimes multitudinários, a denúncia pode narrar genericamente a participação de cada agente, cuja conduta específica será apurada no curso do processo-crime.
- D) Admite-se a rejeição da denúncia, no caso da ausência de elementos indiciários que amparem a acusação.
- E) Ausência das condições da ação, gerais ou especiais, determina a rejeição da denúncia.

Questão 64

Nos termos do Código de Processo Penal, a regra geral de competência para a ação penal é determinada pelo(a)

- A) conexão, nas modalidades intersubjetiva, objetiva e instrumental.
- B) prevenção, quando importar em unidade de processo.
- C) continência, quando duas ou mais infrações houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas em concurso.
- D) prevenção, na hipótese de o réu possuir mais de uma residência.
- E) lugar em que foi praticado o último ato de execução, no caso de tentativa.

Questão 65

Em matéria de exceção de suspeição, prevista no Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- A) A exceção de suspeição, na hipótese de o Delegado de Polícia ser parente em até segundo grau do indiciado, é admissível no inquérito policial.
- B) A exceção de suspeição poderá ser interposta por defensor dativo.
- C) A participação do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta sua suspeição para o oferecimento da denúncia.
- D) A arguição de suspeição precederá a qualquer outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.
- E) A petição de exceção de suspeição deve, obrigatoriamente, indicar o Juízo ou a Vara Criminal considerado excepto.

Questão 66

Sobre o instituto jurídico da restituição das coisas apreendidas, é correto afirmar:

- A) O interesse ao processo é o fator limitativo da restituição das coisas apreendidas.
- B) Transitada em julgado a sentença condenatória, o produto do crime poderá ser restituído ao agente do crime.
- C) A autoridade policial poderá ordenar a restituição, mediante simples termo nos autos do inquérito, quando inexistir dúvida sobre a propriedade alegada. Havendo esta, deverá o interessado formular requerimento fundamentado à autoridade policial, que deverá proferir decisão também fundamentada.
- D) A arma usada na prática do crime de homicídio, pertencente a terceiro de boa-fé, poderá ser-lhe restituída, no curso do processo, mediante prévia comprovação da propriedade, registro e permissão para porte.
- E) Arquivado o inquérito, as coisas ilícitas apreendidas devem ser restituídas a quem pertencerem.

Questão 67

É ilegal o procedimento de busca e apreensão determinado

- A) anteriormente a qualquer procedimento policial ou judicial.
- B) por ordem de autoridade administrativa.
- C) quando o processo está concluso para o juiz sentenciar.
- D) após a conclusão do inquérito policial.
- E) durante a execução da pena privativa de liberdade.

Questão 68

Em matéria de reconhecimento de pessoas e coisas, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) É facultativa a presença de outras pessoas ao lado do suspeito, no ato do reconhecimento pessoal, no inquérito policial.
- B) No reconhecimento de objetos, poderá o juiz fazer uso de analogia.
- C) Admite-se que a autoridade policial proceda ao reconhecimento fotográfico.
- D) Existindo dois ou mais reconhecedores, todos deverão efetuar o reconhecimento no mesmo ato, uns na presença dos outros.
- E) O reconhecedor deverá, sempre que possível, previamente descrever a pessoa a ser reconhecida.

Questão 69

A autoridade policial efetua a prisão em flagrante de Genoveva, quando esta acabara de matar seu próprio filho, logo após o parto. Ao ser interrogada, Genoveva aparentou estar sob a influência do estado puerperal, configurando, em tese, o delito de infanticídio, que prevê pena de detenção de dois a seis anos. Ao tipificar o fato no inquérito policial, o Delegado de Polícia fica em dúvida quanto à existência do estado puerperal, caracterizador do infanticídio, ou se o fato consistiu em homicídio, que prevê pena de reclusão de seis a vinte anos. Genoveva não possui antecedentes. Nesse caso, o Delegado deverá

- A) efetuar consulta ao Juiz, objetivando esclarecimentos para fins de proceder à correta capitulação do fato, mantendo Genoveva presa.
- B) efetuar consulta ao Promotor de Justiça, objetivando esclarecimentos para fins de proceder à correta capitulação do fato, mantendo Genoveva presa.
- C) classificar o fato como homicídio, ficando impossibilitado de conceder fiança.
- D) classificar o fato como infanticídio, mas negar-lhe fiança, por não ser de sua competência a fixação quando a pena mínima for superior a um ano.
- E) classificar o fato como infanticídio, e conceder-lhe fiança.

Questão 70

Sobre prisão cautelar, assinale a afirmativa correta.

- A) Se alguém cometer uma infração, perseguido, se abriga em casa de terceiro; sendo noite e sem o consentimento deste, somente com ordem judicial pode ser preso.
- B) A autoridade policial pode expedir ordem de prisão em caso de urgência, para evitar fuga do indiciado.
- C) A prisão temporária não pode ser decretada na fase da instrução processual.
- D) Em qualquer crime é indispensável a apresentação do mandado de prisão, para efetuar-se a prisão proveniente de ordem judicial.
- E) A gravidade e a grande repercussão do crime, por si só, justificam a prisão temporária.

Questão 71

Admite-se o relaxamento da prisão em flagrante delito quando

- A) ocorrer o que a doutrina denomina flagrante presumido.
- B) o conduzido for ouvido, na lavratura do auto de prisão em flagrante delito, depois do condutor e antes das testemunhas.
- C) tratar-se de crime que prevê pena de detenção.
- D) tratar-se de crime afiançável mas o indiciado não dispõe de recursos para pagamento do valor da fiança.
- E) ocorrer o flagrante esperado.

Questão 72

João dos Anzóis, poucos minutos após a prática de um crime de homicídio, é perseguido pela Polícia Militar, de maneira incessante, por várias horas, passando por mais de quatro Comarcas, sendo que a prisão somente ocorreu em localidade onde não existe autoridade policial. Nesse caso,

- A) João dos Anzóis será apresentado à autoridade policial do local mais próximo, que presidirá a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- B) não poderá ser lavrado o flagrante em face da ausência de autoridade policial competente no local, devendo João dos Anzóis assinar um termo de compromisso de comparecimento perante a autoridade do local onde cometeu o delito.
- C) João dos Anzóis será conduzido à autoridade policial onde foi cometido o fato, para lavratura do auto de prisão em flagrante, onde tramitará o inquérito policial.
- D) lavrar-se-á o flagrante na presença de duas pessoas idôneas, que deverão ao final assinar o auto de prisão em flagrante delito, sob pena de nulidade do mesmo.
- E) será solicitado à autoridade policial onde foi cometida a infração penal para que se desloque até o local mais próximo da prisão, que contenha sede de autoridade policial, para presidir a lavratura do auto de prisão.

Questão 73

O crime de abuso de incapazes, previsto no art. 173 do Código Penal, prevê uma pena privativa de liberdade, de reclusão de dois a seis anos, e multa. Esse crime deve ser entendido como

- A) afiançável, mesmo quando o autor é reincidente.
- B) inafiançável, em razão da pena máxima ser superior a dois anos.
- C) afiançável, mas somente a autoridade judicial poderá conceder a fiança.
- D) afiançável, podendo ser a fiança fixada pela autoridade policial.
- E) inafiançável, por ser considerado crime hediondo.

Questão 74

Sobre o texto da Lei n.º 10.049, de 11 de janeiro de 2002, conhecida como a nova Lei de Tóxicos, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O inquérito policial será concluído no prazo máximo de 15 dias, estando o indiciado preso, admitido seja duplicado o prazo pelo juiz, mediante pedido justificado da autoridade policial.
- B) A autoridade policial poderá requerer ao juiz, havendo indícios suficientes da prática criminosa, a colocação sobre vigilância, por período determinado, de contas bancárias.
- C) O Ministério Público pode deixar, justificadamente, de propor ação penal contra os agentes ou partícipes de delitos.
- D) O perito que subscrever o laudo de constatação provisória ficará impedido da elaboração do laudo definitivo.
- E) Estando concluído o inquérito policial e devidamente remetido à autoridade competente, admite-se, ainda, a realização de diligências complementares destinadas a esclarecer o fato.

Questão 75

A Lei n.º 9.034, de 3 de maio de 1995, dispõe sobre a utilização de meios operacionais para prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. Concernente à matéria, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Permite-se retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculada.
- B) É de cento e vinte dias o prazo para o encerramento da instrução criminal, nos processos de crimes tratados na Lei, quando o réu estiver solto.
- C) Não será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, aos agentes que tenham tido intensa e efetiva participação na organização criminosa.
- D) A identificação criminal de pessoas envolvidas com a ação praticada por organizações criminosas será realizada independente da identificação civil.
- E) O Supremo Tribunal Federal, através de Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgou constitucional o acesso a dados fiscais e eleitorais, previstos na Lei, como procedimento de investigação e formação de provas.

ORGANIZAÇÃO E ESTATUTO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL / MT

Questão 76

Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 155, de 14 de janeiro de 2004, é função institucional da Polícia Judiciária Civil:

- A) Praticar, em conjunto com o Ministério Público, todos os atos necessários à apuração das infrações penais no inquérito policial e termo circunstanciado.
- B) Requisitar perícias em geral, exceto a médica, para comprovação da infração e de sua autoria.
- C) Organizar e manter o cadastro de pessoas indiciadas pela prática de infrações penais.
- D) Guardar, nos atos investigatórios, o sigilo necessário à elucidação do fato, quando houver determinação judicial.
- E) Prestar informações, quando fundamentadamente requisitadas por autoridade competente, referentes aos procedimentos policiais que não possuem caráter sigiloso.

Questão 77

O Diretor-Geral de Polícia Judiciária Civil tem competência para

- A) nomear novos Delegados de Polícia Judiciária Civil, aprovados por concurso público, observada a ordem de classificação.
- B) substituir o Presidente do Conselho Superior de Polícia Judiciária Civil, nas ausências e impedimento deste.
- C) opinar, em havendo recurso, sobre processo administrativo disciplinar, quanto à imposição das penas de demissão.
- D) instaurar procedimento de verificação preliminar.
- E) promover a remoção de Policiais Cíveis, observadas as disposições legais.

Questão 78

Sobre a Corregedoria-Geral de Polícia Judiciária Civil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) O Corregedor-Geral deverá ser Delegado de Polícia, da ativa, preferencialmente da Classe Especial.
- B) Compete à Corregedoria-Geral instaurar procedimento de investigação preliminar.
- C) A Corregedoria-Geral poderá adotar providências para prevenir abuso de poder.
- D) O Corregedor-Geral Adjunto substitui o titular em seus impedimentos.
- E) O cargo de Corregedor-Geral Adjunto é privativo de Delegado de Polícia, da ativa, preferencialmente, Classe Especial.

Questão 79

São princípios institucionais da Polícia Judiciária Civil:

- A) a discricionariedade, a indivisibilidade e a pessoalidade.
- B) a unidade, a legalidade, a hierarquia e a disciplina.
- C) a eficiência, o contraditório, a publicidade e a funcionalidade.
- D) a indivisibilidade, a ética, a eficiência e a improbidade administrativa.
- E) a moralidade, a diversidade de procedimento, a publicidade e o contraditório.

Questão 80

Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 155, de 14 de janeiro de 2004, a instauração de processo administrativo disciplinar destinado a apurar responsabilidade do policial civil **NÃO** poderá ser determinada pelo

- A) Governador do Estado.
- B) Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.
- C) Diretor-Geral da Polícia Judiciária Civil.
- D) Presidente do Conselho Superior de Polícia Judiciária Civil.
- E) Corregedor-Geral da Polícia Judiciária Civil.